

Ano 1 • Edição 02 • Agosto 2020

Informativo LGPD

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018

**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA**



EDITORIAL

O caminho é longo, mas estamos trabalhando intensamente para que a PGE- BA consiga atender todas as exigências da nova legislação. É preciso avaliar novas políticas internas, fazendo o mapeamento de todos os processos nos quais acontecem coleta, uso, armazenamento, compartilhamento e tratamento de dados pessoais. Seguimos estudando novas regras que poderão ser utilizadas por todos os setores do órgão.

Boa leitura.

PGE PROMOVEU WEBINAR SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia realizou, no dia 23 de julho, uma webinar sobre o tema “Introdução à Proteção de Dados e a Administração Pública”.

O evento foi transmitido no canal do YouTube da Escola Virtual do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento da PGE e teve como palestrantes os procuradores do Estado Bruno Costa e Djalma Silva Júnior. A moderadora foi a também procuradora Renata Fabiana Santos Silva.

Durante a transmissão, que foi acompanhada por cerca de 120 pessoas, foram debatidas questões relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito da Administração Pública à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A segunda edição da webinar acontecerá na segunda quinzena de agosto e terá como tema ‘LAI e LGPD: encontros e desencontros’. A data e horário serão divulgados oportunamente.

“A LGPD traz desafios para todos, inclusive para o setor público. Certamente esta nova normativa exigirá capacitações, recursos tecnológicos e trabalho administrativo adicional para todas as organizações do setor público. Esta webinar teve o propósito de sensibilizar os interessados para tais questões”, afirmou Renata Fabiana Santos Silva, que é coordenadora do grupo de trabalho responsável pela implantação da proteção de dados na PGE.

Na ocasião, o procurador Bruno Costa falou sobre a relevância da Lei Geral de Proteção de Dados dentro do contexto atual considerando, principalmente, a economia digital e a necessidade de adequação da Administração Pública a lei. “Foi um debate muito produtivo e com várias participações. Tivemos a oportunidade de tratar de alguns princípios aplicáveis à Administração Pública no que tange a lei”, declarou.

“A adequação do Poder Público à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mais que atender ao princípio da legalidade, é, sobretudo, inequívoca demonstração de respeito à privacidade do cidadão, de modo que, para mim, integrar um grupo de trabalho com esta finalidade no âmbito da PGE/BA é motivo de extremo orgulho”, afirmou o procurador do Estado Djalma Silva Júnior. O palestrante destacou ainda que, em um país com mais de um milhão de advogados e que tem o Poder Público como principal litigante, a estruturação preventiva de um arcabouço interdisciplinar para a proteção de dados “será imprescindível para evitar a ocorrência de litígios em massa, derivados de vazamento de informações, que assoberbariam ainda mais o já combalido Poder Judiciário, comprometendo o erário e consumindo importante capital humano das Procuradorias”.



WEBINAR
Introdução à Proteção de Dados e Administração Pública

23/07 17H

WEBINAR - Introdução à Proteção de Dados e Administração Pública
Escola Virtual PGE Bahia

Reproduções	Picos simultâneos	Novos inscritos
292	107	12
Duração	Tempo total de exibição	Tempo médio de exibição
1:19:44	4 dias	24:35

OS PALESTRANTES



DJALMA SILVA JÚNIOR

Procurador do Estado da Bahia, advogado especialista em transformação digital e proteção de dados, consultor jurídico da Associação Brasileira dos Bancos e mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

Possui também curso de extensão em BIG DATA pelo MIT – Massachusetts Institute of Technology.



RENATA FABIANA S. SILVA

Procuradora do Estado da Bahia, doutoranda em Direito pela Universidade de Sevilha – Espanha, mestra em Direito Público pela Universidade de Sevilha – Espanha, pós-graduada em Direito Público Global pela Universidade da Coruña – Espanha e professora de Direito Administrativo da UNIFACS.



BRUNO COSTA

Procurador do Estado da Bahia e Master em Big Data Analytics pela Inova Business School.



ATUALIDADES JURÍDICAS

Governança Digital e Segurança da Informação

- Decreto nº 10.433, de 21 de julho de 2020 - Institui o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República, com o objetivo de desenvolver e monitorar políticas e diretrizes estratégicas transversais relativas à governança de tecnologia da informação e comunicação e à segurança da informação no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República. [Clique aqui para acessar.](#)

Vigência da LGPD

- Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020 - Acresce ao caput do art. 65 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) o inciso I-A, que altera para 1º de agosto de 2021 a vigência dos arts. 52, 53 e 54 (Das Sanções Administrativas). [Clique aqui para acessar.](#)
- Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020 - Prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), estabelecendo para 03 de maio de 2021 a vigência de dispositivos da LGPD. [Clique aqui para acessar.](#)
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 71, de 29 de junho de 2020 - Prorroga a vigência da Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020, pelo período de 60 dias. [Clique aqui para acessar.](#)

Proteção de dados em atividades de ensino remoto adotadas por entes públicos

- Nota Técnica CTE-IRB nº 03/2020 - Recomenda que as Cortes de Contas fiscalizem, na respectiva esfera de atuação, a matéria atinente ao uso de plataformas digitais para o desenvolvimento de ações de educação e, com elas, o tratamento dispensado à proteção de dados em atividades de ensino remoto adotadas pelos entes públicos. [Clique aqui para acessar.](#)

Inteligência Artificial - IA

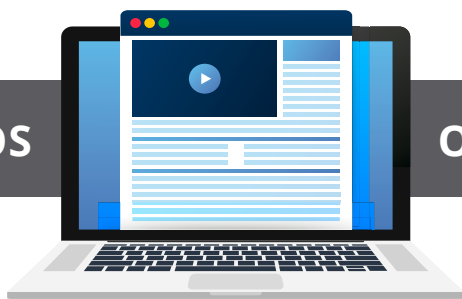
- Projeto de Lei n. 21/2020, em tramitação na Câmara de Deputados, que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil, e dá outras providências. [Clique aqui para acessar.](#)
- Projeto de Lei n. 5051/2019, em tramitação no Senado Federal, que estabelece os princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil. [Clique aqui para acessar.](#)
- Projeto de Lei n. 5691/2019, em tramitação no Senado Federal, que institui a Política Nacional de Inteligência Artificial. [Clique aqui para acessar.](#)

FIQUE POR DENTRO



CURSOS

ONLINE



Aqui vão nossas sugestões de cursos on-line gratuitos e com certificação, para que você fique por dentro dos principais objetivos da Lei Geral de Proteção de Dados.

Clique para acessar

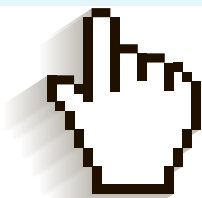
- **Governança de dados**
- **Proteção de dados**
- **Segurança Digital**

Clique no e-mail para enviar

DÚVIDAS OU SUGESTÕES?

Fale conosco:

protecaodedados@pge.ba.gov.br



GRUPO DE TRABALHO

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PA
Coordenadora - Renata Fabiana Santos Silva
Titular - Patrícia Lima Dória
Suplente - Roberto Rodrigo Vieira Pereira

PROCURADORIA FISCAL E DA DÍVIDA ATIVA - PROFIS
Titular - Cláudia Magalhães Guerra Attiná
Suplente - Bruno Cunha Costa

COORDENAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E ATENDIMENTO - CDA
Titular - André Thadeu Franco Bahia
Suplente - Luis Otávio Rodrigues Lima Filho

COORDENAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA - CGE
Titular - Eduardo Jorge Rodrigues Brandão
Suplente - Anízio Góes da Silva Júnior

DIRETORIA GERAL - DG
Titular - Hilda Cunha Kahn
Suplente - Ana Falcão de Azevedo Souza

PROCURADORIA DO INTERIOR - PROIN
Titular - Hugo Coelho Régis
Suplente - Eduardo Maia Carneiro

PROCURADORIA JUDICIAL - PJ
Titular - Têssio Rauff de Carvalho Moura
Suplente - Iuri Ribeiro Gonçalves

PROCURADORIA DE CONTROLE TÉCNICO - PCT
Titular - Antônio Ernesto Leite Rodrigues
Suplente - Arisângela Blanco Rosas

COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO - CCI
Titular - Fernanda Berg
Suplente - Francisco Bruno Pereira

ELABORAÇÃO E LAYOUT

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASCOM
Coordenadora - Waldimara Silva Santana
Designer - Mônica de Lima Santiago